OPINIÃO PÚBLICA E SITUAÇÃO SANITÁRIA NO AGLOMERADO URBANO DE MARINGÁ-PR, NAS DÉCADAS DE 1970 E 1980: CONFLITOS E INTERESSES NAS CONCESSÕES DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS.

Gabriela Lopes (PIC), Arthur Faiotto Carneiro (Coorientador), Leonardo Cassimiro Barbosa (Orientador). E-mail: gabrielalopes0710@gmail.com; arthurfaiottobr@gmail.com; lcbarbosa@uem.br

Universidade Estadual de Maringá, Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Maringá, PR.

Ciências Sociais Aplicadas/ Planejamento Urbano e Regional/ Serviços Urbanos e Regionais

Palavras-chave: Planasa; Sanepar; Codemar.

RESUMO

O Plano Nacional de Saneamento (Planasa) redefiniu as políticas do setor no Brasil em um período marcado pelo rápido crescimento urbano e pela desigualdade no acesso aos serviços de água e esgoto. No território investigado, Maringá, inicialmente, não aderiu à proposta centralizadora do Plano e estruturou seus serviços através da autarquia municipal, a Companhia de Desenvolvimento de Maringá (Codemar). Esta pesquisa investigou a repercussão da consolidação do saneamento na região durante as décadas de 1970 e 1980 a partir de notícias de jornais da época. De natureza historiográfica, o estudo articulou revisão bibliográfica e análise documental em jornais de circulação na região. Os resultados encontrados se concentraram na cidade de Maringá que, por sua vez, impactado pelo acelerado crescimento demográfico sobrecarregou a capacidade do sistema de abastecimento, levando à extinção da autarquia municipal e abrindo caminho para a concessão à Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar), oficializada após intensos embates políticos. Conclui-se que, ao assumir um sistema já estruturado, a companhia estadual deu continuidade à sua expansão, ampliando a capacidade de água em 10% e a malha de esgoto em 33% nos dois primeiros anos de operação.

INTRODUÇÃO

A pesquisa investigou, por meio de jornais diários das décadas de 1970 e 1980, a repercussão do processo de consolidação do saneamento na cidade de Maringá-PR. O período foi marcado pelas desigualdades entre o intenso crescimento populacional e a baixa oferta de políticas públicas, que geraram territórios urbanos desiguais e desprovidos de serviços básicos. Diante do déficit histórico do país, a ampliação das

redes de água e esgoto configurou-se como prioridade necessária no debate público (Rezende; Heller, 2008).

Em 1971, em um contexto de ditadura civil-militar, a busca pela industrialização e os baixos índices de saneamento no país, impulsionam a criação do Plano Nacional de Saneamento (Planasa). Com uma política fortemente centralizadora voltada a eliminar o déficit de saneamento básico em menor tempo e com custos reduzidos, de forma a abranger todas as cidades brasileiras, principalmente as mais carentes. Para isso, foram instituídas as Companhias Estaduais de Saneamento Básico (CESBs), que adotaram o modelo de auto sustentação, para as quais os municípios deveriam transferir suas autarquias de água e esgoto. Aqueles que optaram por manter a gestão local foram penalizados com a exclusão dos investimentos federais em saneamento (Almeida, 1977).

Apesar da adesão do Paraná ao Planasa, em 1972, via Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar), o Aglomerado Urbano de Maringá atuou de forma autônoma durante grande parte da década de 1970, revelando acentuadas disparidades locais. Enquanto Maringá alcançou a auto sustentação tarifária e altos índices de abastecimento consolidados pela Codemar a partir de 1969, os municípios vizinhos enfrentaram cenários precários. Marialva sofria com falhas na pressão da rede, Sarandi acumulava sérias deficiências pelo rápido crescimento após se emancipar de Marialva e Paiçandu operava com infraestrutura improvisada e dados incertos até ser finalmente incorporado ao plano em 1979 (Carneiro, 2025).

MATERIAIS E MÉTODOS

De natureza historiográfica, a pesquisa articulou a revisão da literatura, para compreender a aplicação do PLANASA nas esferas federal, estadual e municipal, a análise da opinião pública e a veiculação de notícias sobre saneamento por meio de pesquisa documental em jornais da época (Jornal de Maringá, Diário do Norte do Paraná, Correio de Notícias e Folha do Norte do Paraná), cujos acervos foram consultados na Gerência de Patrimônio Histórico do Teatro Calil Haddad e na Hemeroteca Digital Brasileira. A presente pesquisa concentrou-se no município de Maringá devido à escassez de registros documentais sobre o processo histórico de consolidação do saneamento em Marialva, Sarandi e Paiçandu por meio dos jornais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Criada em 1962, a Codemar iniciou a operação da rede de abastecimento de água em Maringá apenas em 1969, em um cenário de contaminação recorrente de poços artesianos, problemas operacionais, como vazamentos, falhas estruturais e furtos de tubulações. Contudo, em um intervalo de dois anos, o avanço e a consolidação do sistema reverteram o quadro crítico, elevando a confiabilidade da população no fornecimento de água tratada (O Jornal, 09 jan. 1969; 17 jan. 1969; Diário do

Paraná, 3 out. 1971). Nos primeiros anos da década de 1970, aproximadamente 70% da população era atendida pelo abastecimento, demonstrando a capacidade municipal de implantação e gestão do saneamento na cidade (Barbosa, 2016).

Após a adesão do Paraná ao Planasa, em 1972, a prefeitura — sob a gestão de Silvio Magalhães Barros (1973-1977) — avaliou a transferência dos serviços à Sanepar por meio de uma auditoria contábil e técnica na Codemar. A integração foi descartada após estudos demonstrarem que a autarquia tinha capacidade de expansão com recursos próprios, estando próxima de atingir a auto sustentação financeira e que a mudança encareceria as tarifas locais (O Jornal de Maringá, 10 jun. 1974; Carneiro, 2025).

Com a rede de abastecimento de água chegando a diversos bairros da cidade, em 1974, a Codemar iniciou a implementação da rede de esgotamento sanitário e o novo reservatório de abastecimento (Jornal de Maringá, 13 ago. 1974; 21 dez. 1974; O Jornal, 26 set. 1974), uma clara necessidade advinda da expansão urbana que, pressionava a capacidade dos sistemas. Em 1976, as limitações do sistema de abastecimento ficaram mais evidentes. As reportagens noticiavam com frequência racionamentos de água e problemas com os motores-bombas, além de reajustes nas tarifas de água e esgoto levando a extinção da Codemar no mesmo ano e a incorporação dos serviços pela Secretaria Municipal de Expansão Econômica (Barbosa 2016; Carneiro 2025). O sistema atendia, aproximadamente, 140 mil habitantes, sendo que a capacidade era dimensionada para cerca de 100 mil, evidenciando o descompasso entre o crescimento da cidade e a infraestrutura disponível (O Jornal de Maringá, 09 ago. 1977).

A crise operacional e financeira reabriu as negociações com a Sanepar em 1979, conduzidas pelo prefeito João Paulino Vieira Filho (1977-1982) (O Jornal de Maringá, 27 jul. 1979; 15 set. 1979; 26 out. 1979; 28 out. 1979). O processo de transferência foi oficializado em 1980, após intensa resistência e embates políticos entre o Executivo, a Câmara de Vereadores e atores políticos locais (O Jornal de Maringá, 28 out. 1979; 29 out. 1979; 11 nov. 1979; 23 dez. 1979; 01 mar. 1980; 05 jun. 1980; 07 jun. 1980; 13 jun. 1980).

Ao assumir o saneamento maringaense, a Sanepar herdou um sistema estruturado, porém demandava reformas e expansão. Entre 1980 e 1982, a Companhia ampliou a capacidade de abastecimento de água em 10%, tendo capacidade para atendimento a 180 mil usuários e projetou o incremento de 33% na malha de esgoto, somando 78 km de rede, beneficiando 16 mil habitantes (O Jornal de Maringá, 23 jul. 1981; 15 out. 1981; 04 mar. 1982). A incorporação do município foi considerada estratégica pela Sanepar, pois o município representava “importante pólo de expansão regional”, motivando a criação de uma Superintendência Regional sediada na cidade (O Jornal de Maringá, 04 jul. 1981).

CONCLUSÕES

Os resultados evidenciam que a transferência dos serviços de saneamento de Maringá à Sanepar, em 1980, foi consequência das dificuldades operacionais enfrentadas pelo município. Embora inicialmente buscasse manter a autonomia da Codemar, possivelmente buscando preservar a administração local e os benefícios políticos associados à manutenção de tarifas mais baixas e à perspectiva de autossuficiência da Codemar, a rápida expansão urbana, a sobrecarga do sistema de abastecimento, a necessidade de expansão da rede de esgotamento sanitário, expuseram a falta de recursos e os limites da gestão municipal. Assim, apesar dos avanços no abastecimento e no esgotamento sanitário, a necessidade de novos investimentos para garantir a continuidade e expansão da infraestrutura contribuiu para a transferência dos serviços à Sanepar.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, W. J. M. de. **Abastecimento de água à população urbana: uma avaliação do Planasa.** Rio de Janeiro: IPEA/INPS, 1977. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/entities/book/1b40836b-6637-4497-9be1-1dfeed1de898. Acesso em: 24 ago. 2026.

BARBOSA, L. C. **As redes técnicas sanitárias na estruturação do território: análise da cidade de Maringá-PR entre 1947-1980.** 2016. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2016. Disponível em: https://doi.org/10.11606/T.102.2016.tde-13102016-100429. Acesso em: 24 ago. 2026.

CARNEIRO, A. F. **Reflexo da estatização dos serviços sanitários no eixo Metrópole Linear Norte do Paraná (Metronor), durante as décadas de 1970 e 1980.** 2025. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2025.

DIÁRIO DO PARANÁ. Edição de 3 out. 1971.

O JORNAL DE MARINGÁ. Edições de 09 jan. 1969; 17 jan. 1969; 10 jun. 1974; 13 ago. 1974; 26 set. 1974; 21 dez. 1974; 09 ago. 1977; 27 jul. 1979; 15 set. 1979; 26 out. 1979; 28 out. 1979; 29 out. 1979; 11 out. 1979; 23 dez. 1979; 01 mar. 1980; 05 jun. 1980; 07 jun. 1980; 13 jun. 1980; 04 jul. 1981; 23 jul. 1981; 15 out. 1981; 04 mar. 1982.

REZENDE, S. C.; HELLER, L. **O saneamento no Brasil: políticas e interfaces.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.